

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Rudolfo Lago/Correio da Manhã



Sebastião Melo: FNP briga com CNM por impostos

Briga entre prefeitos empana a reforma tributária

A briga foi parar na Justiça. E tem grande potencial de tornar complicado mesmo o início na prática da reforma tributária. Nesta sexta-feira (16), vai tomar posse o Conselho Superior do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Esse comitê terá a função de definir como se vai distribuir mais de R\$ 1 trilhão de impostos pelo país. Mas os municípios não

conseguem se entender sobre como escolher os seus representantes no conselho. Com isso, ele vai ser instalado somente com os 27 representantes dos estados, que são, conforme determina a Constituição após a promulgação da reforma tributária, os secretários de Fazenda. Mas os secretários estaduais poderão começar a tomar decisões sem a presença dos municípios?

Nova ação

Se fizerem, alerta o secretário-executivo da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), Gilberto Perre, isso pode gerar nova ação judicial. A FNP fez na quarta-feira (14) almoço com jornalistas para defender suas posições nesse rolo, que compromete ainda nem implementada.

Destino

O IBS passará a ser cobrado no destino. Ou seja, quando o consumidor compra o produto. Por isso, precisam ser definidos critérios sobre como esses recursos serão distribuídos. Esse será o papel do comitê gestor. Só que os municípios não se entendem.

Antônio Cruz/Agência Brasil



Falecimento do pai de Eduardo Braga adiou audiência

FNP e CNM não se acertam para preencher as vagas

No caso dos estados, foi possível colocar no conselho um representante de cada unidade. Os municípios são mais de cinco mil. Assim, é preciso eleger representantes. Pela regra, 14 vagas seriam eleitas de forma absoluta: ou seja, cada prefeito tendo direito a um voto. E outras 13 de forma proporcional ao tamanho do municí-

pio: prefeitos de cidades maiores teriam mais peso na escolha que os dos municípios menores. A regra faz sentido. Afinal, 60% das cidades brasileiras têm menos de 15 mil habitantes, mas 50% da população do país está em somente 400 municípios. A FNP representa as maiores cidades, a CNM as menores.

Acordo

Um acordo inicial garantiria que a CNM montaria a chapa das 14 vagas eleitas de maneira absoluta. E a FNP escolheria a chapa das 13 vagas proporcionais. Quebrou-se esse acordo: a CNM quer disputar todas as 27 vagas municipais. Gerou-se o impasse.

Diálogo

"Não podemos aceitar por uma questão de princípio", disse no almoço o vice-presidente da FNP, o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo (MDB). "Política se faz com diálogo e construção", defendeu. Para a FNP, o problema é iniciar o conselho em clima desarmônico.

CNM

Em tese, a FNP não deveria temer a disputa. Se representa as maiores cidades, ganharia a eleição proporcional. Mas a CNM faz um outro cálculo: acredita que pode vencer tudo porque poderia angariar apoio das cidades que representam 80% da população.

Audiência

Em princípio, se tentaria solucionar esse rolo esta semana. Uma audiência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado estava marcada. Mas faleceu o pai do relator da reforma, senador Eduardo Braga (MDB-AM). Isso adiou a discussão. E a solução do rolo.

Bolsonaro confirma que discutiu estado de sítio

Ex-presidente, porém, disse que foi "dentro das quatro linhas"

Valter Campanato/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

Em entrevista ao UOL, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) confirmou que discutiu com comandantes militares a possibilidade de se instaurar um estado de sítio para contestar as eleições presidenciais de 2022. Ele reiterou que conversou sobre a possibilidade porque, segundo ele, estava sendo impedido de recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para contestar o resultado das urnas eletrônicas. Pouco após o fim do pleito em 2022, no entanto, o Partido Liberal (PL) entrou com um recurso no TSE questionando a credibilidade das urnas eletrônicas. O tribunal recusou todos os recursos.

"Foram discutidas hipóteses de defesa de estado de sítio. Por que foram discutidas? O primeiro questionamento que eu fiz ao TSE, via o advogado do partido [PL], em poucas horas o Alexandre de Moraes indeferiu e nos deu uma multa de R\$ 22 milhões. Juntei novamente o nosso pessoal do partido, alguém falou em recorrer e falaram que se recorrer a multa iria aumentar para R\$ 200 milhões. Ou mais grave, poderia caçar o registro do PL. O que sobrou para mim? Eu conversar com as pessoas mais próximas: 'Existe outra possibilidade dentro das quatro linhas da Constituição?'," disse Bolsonaro.

Ele ainda completou que conversou com comandantes das Forças Armadas por serem pessoas de confiança para ele. "É o meu círculo de amizade, eu fui militar", afirmou.



Bolsonaro disse confiar em reverter sua situação

Estado de Sítio é um mecanismo que permite ao Chefe de Estado suspender temporariamente os direitos e as garantias dos cidadãos e os Poderes Legislativo e Judiciário ficam submetidos ao Executivo, tendo em vista a defesa da ordem pública. A medida está prevista no Artigo 137 Constituição Federal, mas somente vale mediante aprovação do Congresso Nacional.

Além disso, o artigo 137 determina que o Presidente da República pode solicitar ao Congresso autorização para decretar o estado de sítio nos casos de "comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa" e em casos de "declaração de

estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira".

Golpe

Em 1º de setembro de 2021, enquanto era presidente da República, Jair Bolsonaro sancionou a Lei nº 14.197/2021, que acrescenta ao Código Penal "crimes contra o Estado Democrático de Direito" e revogou "a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)". O Artigo 359-L da lei torna crime "tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais". E o Artigo Artigo 359-M considera crime de

Golpe de Estado "tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído".

Essa lei é justamente um dos principais argumentos do Supremo Tribunal Federal (STF) para considerar o ex-presidente e outros sete indiciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) réus por tentativa de golpe de estado. Questionado, Bolsonaro nega qualquer arrependimento por ter sancionado a lei e reforçou que não tinha a intenção de implementar um golpe de Estado.

"Se eu tivesse programado um golpe desde 29 de julho de 2021, eu não teria sancionado isso. Nós não fizemos nada disso, fizemos o que teria que ser feito", ele disse. "Golpes que se consumam não geram punição".

Vazamento de fala de Janja expõe intriga palaciana

Por Karoline Cavalcante

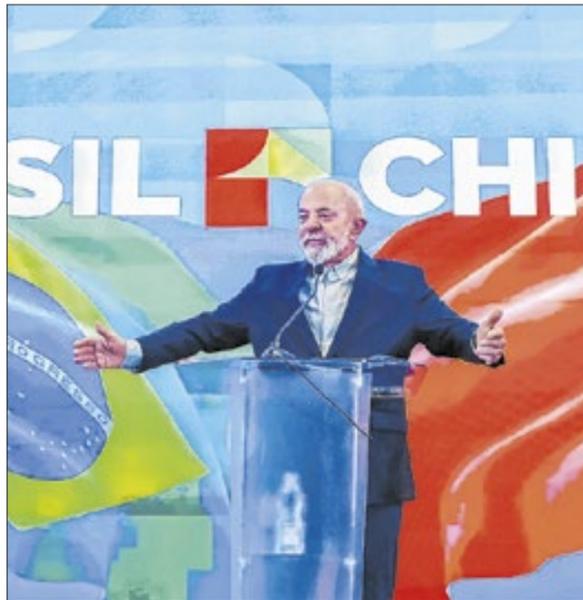
Em um claro sinal de irritação, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) repreendeu sua comitiva devido ao vazamento de conversas ocorridas em um jantar privado com o presidente da China, Xi Jinping. Durante entrevista coletiva no país asiático na última terça-feira (13), Lula foi questionado sobre um suposto constrangimento causado na reunião pela primeira-dama brasileira Rosângela da Silva, a Janja, ao falar sobre os problemas da rede social chinesa TikTok na sociedade. O petista saiu em defesa de sua esposa e disse que, na verdade, o questionamento partiu dele.

Segundo o chefe do Palácio do Planalto, o fato de Janja pedir a palavra em seguida não o incomoda e acontece pois ela não é uma "cidadã de segunda classe". Que a primeira-dama tem conhecimento sobre o tema que estava em discussão e resolveu falar. "Ela entende mais de digital do que eu", afirmou. No entanto, demonstrou incômodo com a exposição feita sobre o caso.

"Confidencial"

"Primeira coisa que eu acho estranho é como essa pergunta chegou à imprensa, porque estavam só meus ministros lá. Então, alguém teve a pachorra de ligar para alguém e contar uma conversa que aconteceu durante o jantar, que era uma coisa muito, muito confidencial e pessoal", reclamou Lula.

Ricardo Stuckert



Lula: alguém "teve a pachorra" de vazar a conversa

Ao explicar o contexto, Lula disse que havia pedido ao presidente chinês para enviar alguém de seu governo para conversas sobre uma regulamentação no ambiente digital brasileiro para evitar "absurdos".

"Eu perguntei ao companheiro Xi Jinping se era possível ele enviar para o Brasil uma pessoa da confiança dele para discutir a questão digital e, sobretudo, o TikTok. E aí, a Janja pediu a palavra para explicar o que está acontecendo no Brasil, sobretudo contra as mulheres e contra as crianças. Foi só isso", explicou o presidente. afirmou, ainda, que a solicitação foi atendida e o assessor será enviado para a discussão.

O caso foi revelado pelo

portal G1. De acordo com a matéria, um "climão" foi formado na reunião e o presidente chinês teria respondido à Janja que o Brasil tem liberdade para regular e até banir a plataforma, se assim quiser. Um integrante da comitiva teria avaliado a situação como "constrangedora". Em menção ao conteúdo, Lula questionou: "Se o ministro estivesse incomodado, deveria ter me procurado e pedido para sair, eu autorizaria ele para sair da sala", declarou.

Suspeitas

Embora tenha optado por defender sua cunhada, Lula acaba atraindo a atenção para as intrigas que acontecem no seu entorno na Esplanada. Ao Correio da Manhã, o cientista

político Isaac Jordão, avalia que a insatisfação demonstrada pelo petista dá a entender que ele ficará mais atento. "Quando ele fala sobre o vazamento, o recado que ele dá para dentro é que suspeita de alguém. Se ele suspeita de alguém, algo pode começar a acontecer", disse Jordão.

Interlocutores revelaram à Folha de S. Paulo que o nome do ministro da Casa Civil, Rui Costa, seria o principal suspeito.

Oposição

Enquanto a analista política da BMJ Consultores Associados, Raquel Alves, observa que esse tipo de descontrole de membros do governo prejudica a imagem, expõe e fragiliza a gestão interna e externamente. Segundo ela, o episódio pode até não comprometer relações internacionais, mas é um trunfo para a oposição brasileira, que utilizará do caso para atacar a gestão. "Se a intenção do autor do vazamento da conversa foi enfraquecer ou constranger a primeira-dama, deu errado, porque acabou por constranger o presidente e o país", explicou Alves.

O campo oposicionista já se movimentou. O deputado federal Mendonça Filho (União-PE) disse que vai entrar com um pedido de convocação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira para dar explicações sobre a visita do especialista chinês mencionada.